

PROGRAMA DE GOVERNO

PREFEITO
Mendonça25
VICE Priscila Krause

2020



Recife acima de tudo

O Recife precisa mudar. Mudar de verdade. Mudar para voltar a ser protagonista e estar à frente de tudo o que faz o nosso país avançar. Essa sempre foi a nossa tradição e isto precisa sim ser uma prioridade de qualquer gestão. Será a nossa sem nenhuma dúvida.

Há no recifense um indiscutível desejo de voltar a ver a cidade numa posição em que ela esteja acima de tudo. Acima de qualquer interesse político e, principalmente, acima de questões pessoais.

O que é mais urgente, no entanto, é fazer com que a cidade volte a pertencer às famílias. À todas elas. Não há como pensar em prosperidade quando não colocamos as famílias no centro das nossas decisões. Porque é nelas que enxergamos a realidade das pessoas de verdade. É nelas que se constroem os valores que nos movem como cidadãos.

O caminho dessa mudança passa por criar mais condições para que o recifense possa empreender, social e economicamente, de maneira mais justa. Porque o estado não pode ser um inimigo, tanto pela ação, fazendo do recifense o maior pagador de impostos do Nordeste, quanto pela omissão, deixando de cumprir o seu papel de provedor do bem-estar social.

É desse olhar para as pessoas de verdade que se trata o nosso programa de governo. Aqui, ainda em sua versão preliminar, apontamos caminhos que, na nossa visão, podem construir uma ponte para um desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. As nossas propostas para o Programa de Governo e políticas públicas para a cidade do Recife não são apenas fruto das nossas escolhas e opiniões. Seguem sendo discutidas e construídas com a sociedade e em interlocução com técnicos e especialistas, ao longo de toda a campanha. Alguns dos aqui caminhos apontados, por outro lado, trazem a contribuição de ferramentas e projetos testados e amadurecidos nas nossas experiências de vida pública.

Está na hora mudar de verdade. Esse é o nosso desejo e o nosso propósito. Vamos acordar cedo todos os dias e dar o nosso melhor para que novas ideias prosperem e se tornem uma realidade.

Mendonça Filho e Priscila Krause



INTRODUÇÃO

Este documento é a síntese de diretrizes gerais e compromissos iniciais de Mendonça Filho e Priscila Krause com a população do Recife. A estrutura disposta responde a uma visão de planejamento integrado para a cidade, atrelado à realidade cotidiana da Região Metropolitana. Os eixos de desenvolvimento abrigam diretrizes norteadoras e compromissos que irão alicerçar as propostas a serem debatidas e aprofundadas ao longo da campanha com os recifenses, momento apropriado para a definição de prioridades e o alinhamento de metas para os próximos quatro anos.

Os problemas abordados indicam um grande passivo de decisões a serem tomadas com responsabilidade pela próxima gestão municipal. São questões inerentes ao desenvolvimento social, econômico, urbano e institucional que se encontram em flagrante atraso, e demandam a combinação de intervenções emergenciais com ações estratégicas de médio e longo prazo, em direção ao crescimento sustentável. A indicação de propostas envolve a administração pública e o engajamento da sociedade, no esforço conjunto de reversão da situação adversa, voltado para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Embora configurem propostas preliminares, os compromissos contidos neste documento apontam para a priorização das políticas públicas, de acordo com as necessidades observadas e a disposição de Mendonça Filho e Priscila Krause. E ainda, em coerência com o ideário de liberdade individual e prosperidade coletiva defendido pelo partido Democratas e as agremiações partidárias coligadas para a eleição à Prefeitura do Recife.

Eixo 01

Desenvolvimento Social.
Educação
Saúde
Segurança
Esportes/Lazer
Direitos Humanos

Eixo 02

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.
Trabalho e Renda
Empreendedorismo
Cultura/Turismo

Eixo 03

Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
Planejamento Urbano
Habitação
Saneamento
Mobilidade
Meio Ambiente

Eixo 04

Desenvolvimento Institucional.
Gestão
Tecnologia e Inovação
Desburocratização

Desenvolvimento
Social

1

EIXOS
ESTRUTURADORES

Uma das dívidas sociais de maior repercussão no desenvolvimento brasileiro é o passivo educacional. Como Ministro da Educação, Mendonça Filho desempenhou reconhecida atuação em prol da expansão e melhoria da infraestrutura e da qualidade do sistema educacional brasileiro em todos os níveis. Entre as suas realizações, está o apoio à escola de tempo integral e o Novo Ensino Médio, pela primeira vez enfatizando o ensino profissionalizante. Como prefeito do Recife, poderá direcionar a experiência no plano federal para trazer para o município a gestão focada nas demandas decorrentes da estagnação observada na capital pernambucana.

A educação é o maior requisito da inclusão, e o primeiro passo da oportunidade para o indivíduo, representando esperança concreta para a comunidade da qual faz parte. Não é por acaso que a realidade social no Recife configura um desafio que passa pelo resgate da confiança da população nos compromissos assumidos pelo poder público. Para tanto, é preciso reconhecer os problemas, que se agravaram nas últimas duas décadas.

A educação pública municipal recifense é excludente, de baixa qualidade, insatisfatória para professores e alunos. Por isso é preciso combater a alta evasão escolar, que também é uma característica na rede pública municipal. Democratizar o ensino é um dever da gestão pública, oferecendo a base para que surjam oportunidades a partir de uma política educacional democrática, eficiente e inclusiva.

A ineficiência vista em todas as áreas da gestão municipal também se verifica na educação. Segundo o portal Meu Município, com dados do SICONF e do INEP, a despesa com educação em 2018 foi acima de R\$ 871 milhões, para uma rede municipal com 89.785 alunos. O gasto médio nos últimos 5 anos foi de R\$ 8.992,54 por aluno, terceiro maior valor entre as capitais brasileiras. Em contraste, Teresina é a segunda com menor gasto por aluno, mas apresenta resultados melhores no Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB).

No ensino fundamental, a capital do Piauí gastou em média, até 2016, apenas 50% do que o Recife por aluno/ano e obteve notas superiores no IDEB. No levantamento mais recente, de 2019, Teresina aparece com a melhor nota do Brasil nos anos iniciais (nota 7,4) e nos anos finais (nota 6,3), enquanto o Recife ocupa a 21ª posição nos anos iniciais (nota 5,2) e a 13ª nos anos finais (nota 4,7). A capital pernambucana está entre as seis piores capitais brasileiras no Fundamental I, e atrás de Teresina e Fortaleza no Fundamental II. Seja para onde estiver indo o dinheiro da população recifense, o resultado tem sido a piora da qualidade de vida das pessoas.

A situação dramática começa na primeira infância. De acordo com



EDUCAÇÃO

a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apenas 40% das crianças até 3 anos de idade são atendidas por uma creche no Recife. O percentual está muito abaixo dos 50% estipulados na meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, e do Índice de Necessidade de Creches no Recife, que é de 57%.

A fim de conferir um padrão de excelência na gestão das escolas e estimular dirigentes, professores e alunos, envolvendo a família na missão educativa sem deixar de cumprir a responsabilidade que cabe à municipalidade, **Mendonça** e **Priscila** compreendem ser essencial o investimento no acolhimento logo na primeira infância, garantindo o acesso a conquistas que todo recifense merece desde o ensino fundamental.

COMPROMISSOS

- **Escola em Tempo Integral** para o Ensino Fundamental, consolidando as diretrizes pedagógicas e as matrizes curriculares para ampliação da jornada escolar, viabilizando a oferta de programas profissionalizantes, vocacionais, e de habilidades socioemocionais, e investindo na diversificação do contraturno escolar, abrindo espaço para a prática de esportes olímpicos e atividades culturais;

- Ampliar e qualificar a oferta de Educação Infantil (**Creche e Pré-Escola**) com prioridade do acesso às vagas para as famílias em condição de maior vulnerabilidade social, investindo na primeira infância.

- Instituir ações de acompanhamento da frequência e **estímulo à participação familiar na vida escolar da criança**, visando o combate à evasão escolar.

- **Aderir** ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

- Estabelecer **metas para a alfabetização** das crianças da rede municipal, assegurando a habilidade da escrita na idade correta, com a sua inserção no ciclo fundamental em sintonia com o aprendizado adequado para a série;

- Desenvolver ações integradas de **combate à evasão escolar**, e de prevenção e correção da distorção **idade-série**;

- Promover a **valorização dos professores** através da intensificação da formação continuada e da melhoria efetiva das condições de trabalho no ambiente escolar;

- Estimular o aproveitamento potencial e o bom desempenho de capacidades gerenciais dos servidores responsáveis pela **gestão das escolas** municipais, incorporando a participação efetiva da família – os pais, mães, avós e responsáveis.

- **Consolidar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** visando uma política educacional articulada e integrada, que assegure os direitos de aprendizagem alinhados com os mais qualificados sistemas educacionais do mundo e sem a adoção de ideologias, como a ideologia de gênero.

- Criar projetos de **incentivo para empresas** que criarem creches e escolas para os filhos de estudantes e trabalhadoras.

- **Ampliar o acesso** a creches e pré-escolas da rede municipal, com o objetivo de atender mães e pais trabalhadores.

O modelo descentralizado e integrado de Saúde no Brasil pode ser considerado um avanço institucional, sem, no entanto, ter obtido o benefício esperado pelos cidadãos. Para que o SUS funcione a contento, é preciso que todos os níveis de governo cumpram suas responsabilidades, numa complexa malha de serviços distribuídos por uma rede desigual que apresenta, na maioria dos casos, infraestrutura e condições de trabalho aquém do ideal para suprir as demandas da população. Os resultados visíveis desta realidade desafiadora são conhecidos há muitos anos: burocracia extenuante, longas filas de atendimento, demora para fazer exames e procedimentos, problemas para a aquisição de remédios e insatisfação dos pacientes e dos profissionais de saúde.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde, o Recife é dividido em oito distritos sanitários. Todas as Regiões Político-Administrativas (RPA) possuem pelo menos 1 distrito, sendo que as RPAs 3 e 6 possuem dois. De acordo com informações oficiais, entre 2007 e 2017, o município registrou 121.739 óbitos, com uma média de 11.072 mortes por ano. O estudo aponta que o Coeficiente de Mortalidade Geral (CMG) aumentou de 6,5 para 7,5/1.000 hab, durante esse período. O Coeficiente de Mortalidade Fetal teve média de 9,8 óbitos por 1.000 nascimentos. São dados que precisam ser acompanhados e analisados com profundidade, para que o gestor de saúde seja capaz de identificar e intervir no tratamento de doenças que podem tirar precocemente a vida dos recifenses.

No mesmo intervalo de 2007 a 2017, observou-se uma redução no total de novos casos de hanseníase. Contudo, o próprio Plano Municipal de Saúde destaca que essa redução é influenciada por subnotificação. De acordo com o estudo, a taxa de detecção era de 58,7 casos por 100 mil habitantes em 2007, e passou para 29,2 em 2017. Em relação a dengue o estudo mostra que Recife vivenciou anos epidêmicos em 2002, 2008, 2012, e no final de 2014, 2015 e 2016. Constatou-se um aumento do número absoluto de óbitos das principais doenças crônicas não transmissíveis: doenças do aparelho circulatório, câncer, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Dessas doenças, as que mais matas são as do aparelho circulatório, com 1.321 casos, e os cânceres com 1.026 casos (dados de 2017).

Assim como em qualquer município do País, o recifense sofre com o mau atendimento e as restrições dos serviços de saúde. **Mendonça e Priscila** na Prefeitura irão atuar para promover uma ruptura no atual modelo, buscando antecipar os cuidados através do investimento na saúde preventiva. É na prevenção que o poder público municipal pode assumir melhor a responsabilidade que lhe cabe, pela proximidade de atuação permitida em equipamentos públicos que podem servir de pontos avançados e descentralizados de monitoramento e atendimento básicos.

A tecnologia é uma importante aliada da ciência. Mas não vem

sendo devidamente utilizada no Recife para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde. No Plano Municipal de Saúde referente ao período de 2013-2017, a meta era a implantação de prontuário eletrônico em 80% das Unidades de Saúde da Família (USF). Entretanto, no Plano Municipal seguinte (2017-2021), a quantidade de USF com prontuários eletrônicos era de 28%. Ou seja, em quatro anos, a Prefeitura simplesmente não conseguiu chegar nem perto da meta que ela mesmo havia estabelecido. Mais uma vez, sinal inequívoco da má gestão e do planejamento sem consequência com que os recifenses tiveram que conviver nos últimos anos.

O prontuário eletrônico deve ser considerado um requisito essencial para o acompanhamento dos pacientes, e não pode mais atrasar. Assim como é possível implementar a telemedicina, com o objetivo de agilizar a prestação de serviços com eficiência e a atenção que a população merece. Trazer a tecnologia para mais perto da saúde dos recifenses é um compromisso de Mendonça e Priscila.

A atuação da gestão municipal em saúde precisa ser exercida com seriedade e transparência, algo que infelizmente não tem sido a regra na capital pernambucana. Como se pôde observar de maneira evidente e melancólica nas ações improvisadas e sem o controle necessário no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Dos mais de R\$ 311 milhões recebidos pela Prefeitura do Recife para o combate ao coronavírus, não se sabe como foram gastos os recursos – e o mais importante, o que deixaram de infraestrutura permanente para a rede municipal de saúde. Para piorar, em poucos meses a Prefeitura do Recife foi alvo de várias investigações da Polícia Federal, em casos como o escandaloso negócio firmado para a compra de aparelhos respiradores testados apenas em porcos, e nunca em humanos. O descaso com as pessoas no grave momento de pandemia foi denunciado sistematicamente por **Mendonça** e por **Priscila**.

COMPROMISSOS

- Estabelecer **protocolos de atendimento comuns** para toda rede municipal de saúde, evitando disparidades entre equipamentos similares;
- **Integrar as ações preventivas com a rede municipal de educação**, fortalecendo o Programa de Saúde da Família;
- Fazer uso da tecnologia da informação para interligar a rede municipal de saúde, garantindo que cada paciente tenha um **prontuário eletrônico único**;
- Utilizar a **telemedicina** como estratégia de promoção a saúde, seguindo os protocolos definidos pelo Ministério da Saúde e Conselho Federal de Medicina;
- Fortalecer o sistema de **vigilância epidemiológica** no combate à subnotificação de enfermidades;
- Garantir a realização do **exame pré-natal** das gestantes na rede de saúde (própria e conveniada), articulando diretamente com as maternidades municipais para que não falem as vagas no período previsto para o parto;
- Implementar campanhas para **prevenção e tratamento** do câncer feminino, tanto ginecológico como de mama.
- **Aniversário da Saúde:** Possibilitar às mulheres com mais de 40 anos a realização anual, no mês do aniversário, de três exames de prevenção: mamografia, ultrassom endovaginal e exame preventivo;
- Implantar medidas de **eficiência e transparência nas contratações e aquisições** de insumos para o sistema de saúde municipal do Recife;
- Promover **práticas de prevenção** com o objetivo de reduzir os fatores de risco associados a doenças crônicas;
- **Revisar contratos das Organizações Sociais da Saúde (OS)** que possuem parceria com a gestão municipal de saúde do Recife;
- Estruturar a **logística de aquisição de medicamentos** atendendo a um planejamento cauteloso, construído em consonância com a demanda real da rede;
- Reestruturar os **Centros de Atendimento Psicossociais** vinculados à Prefeitura com atenção no atendimento continuado dos usuários.
- Desenvolver ações que visam implantar **exemplos nacionais bem-sucedidos** de programas de recuperação de drogas e assistência às famílias envolvidas;
- Proporcionar às mulheres em situação de violência um **atendimento humanizado** na rede de saúde municipal.

A violência que assusta os brasileiros se traduz em uma estatística de guerra. Milhares de pessoas são vítimas de crimes violentos diariamente no País, em especial nos centros urbanos. O desequilíbrio regional que promove desníveis econômicos também se manifesta no mapa da insegurança. Nos recantos mais pobres, nas periferias das metrópoles do Norte e do Nordeste, além de bolsões de miséria, surgem ninhos de criminalidade. Não é por acaso que a vulnerabilidade social está relacionada aos índices de violência, fazendo com que a maior parte das vítimas de homicídios apresente perfil demográfico definido – são protagonistas da exclusão social, ou integram a realidade que a comporta.

A insegurança envolve os vulneráveis, mas não se restringe a uma porção da sociedade, tornando-se ameaça constante para toda a população. Nas residências, nas escolas, nos empreendimentos comerciais, no transporte público – em qualquer lugar e hora do dia ou da noite, a tensão causada pela violência é um transtorno que acompanha a vida dos cidadãos. E além da intimidação que vem de fora, a face cruel do problema faz do próprio ambiente familiar um reduto de risco onde a rotina encobre situações que, muitas vezes, resultam em traumas e crimes. Os abusos perpetrados contra as crianças e adolescentes, e a violência doméstica infringida às mulheres que acabam vítimas de feminicídios, são exemplos desse quadro que se desenvolve no seio domiciliar ou de vizinhança.

Para **Mendonça e Priscila**, o desafio lançado à gestão da segurança pública no Brasil é integrar estratégias multissetoriais em decisão política firme, através de condições estruturais para o combate à criminalidade. Somente assim será possível obter soluções consistentes que mudem o curso dos números assustadores geradores de mortes, opressão psicológica, prejuízos materiais e perdas imensuráveis que impõem obstáculos ao desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade. Embora seja atributo dos Estados, com apoio do governo federal, por sua natureza sistêmica trata-se de um problema que não pode ser negligenciado pelos gestores das cidades. A responsabilidade cabe a todos, e as prefeituras devem assumir a sua parte, em especial, no que concerne à atuação da Guarda Municipal.

Em Pernambuco, a estatística reitera a deficiência estrutural que dá vazão à violência. O estado é um dos mais violentos do País há vários anos, sem que o poder público seja capaz de interromper a escalada da criminalidade em todas as regiões. De janeiro a agosto de 2020, foram registradas 2.551 mortes violentas em Pernambuco, que aparece como penúltimo lugar entre as 27 unidades da federação no item de segurança pessoal do mais recente Ranking de Competitividade dos Estados. A percepção social da desproteção é um fator que puxa para baixo o potencial de criatividade e produtividade dos pernambucanos.

E a capital é uma mostra disso. Nos bairros centrais, na orla ou na periferia, os habitantes do Recife e seus visitantes, bem como as milhares de pessoas que cruzam a cidade diariamente, sentem a insegurança no ar que respiram, no solo em que pisam ou se deslocam. O Recife não inspira tranquilidade – dá medo ficar em casa, andar de ônibus, ir à praia, sair para o trabalho ou se divertir com a família dentro dos limites do município.

Entre janeiro e agosto de 2020, foram registrados oficialmente 12.161 casos de crimes violentos contra o patrimônio. Desde 2013, quando o governo do PSB teve início em Pernambuco, a média anual de ocorrências é alarmante: foram 3.104 roubos de veículos e 421 roubos a ônibus.

Exemplo ilustrativo do cenário dramático no Estado, o Recife é uma cidade violenta para as mulheres. Dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco apontam uma média de 460 estupros por ano na capital, entre 2014 e 2019. Em 2020, entre janeiro e agosto já foram notificados 241 estupros. Em relação a violência doméstica, foi possível constatar que durante a gestão Geraldo Júlio, apenas no ano de 2015 o número de ocorrências foi abaixo de 8.000 casos. Entre 2016 e 2018, houve um crescimento de cerca de 1.000 ocorrências anuais. Em 2019, o número chegou a 10.642 ocorrências. E em 2020, apenas até o mês de agosto, foram registradas quase 6 mil ocorrências.

Para transformar essa realidade e reduzir a violência, Mendonça e Priscila reconhecem que a cobrança por um lugar seguro para viver recai sobre os ombros do poder público municipal, nível de exercício da função pública mais próximo da população. A Prefeitura não pode se eximir de honrar o compromisso elementar com as comunidades, para garantir um espaço público digno de convivência. Experiências em outras partes do mundo confirmam a influência da presença da gestão em áreas susceptíveis ao surgimento e aumento da criminalidade. Ruas limpas, iluminação adequada, equipamentos de uso comum em boa condição de preservação, são providências que a municipalidade pode tomar, prevenindo a disseminação do crime e da violência.

COMPROMISSOS

- **Armar a Guarda Municipal**, dotando os profissionais de condições efetivas de enfrentamento da criminalidade;
- Criar a **Academia da Guarda**, visando a capacitação contínua desses profissionais;
- Requalificar a **iluminação** do Recife, notadamente nos pontos da cidade em que se observam focos de insegurança nos corredores de transporte e paradas de ônibus.
- **Recuperação das áreas públicas**, como parques, praças, mercados e monumentos, resgatando a autoestima da população e incentivando a preservação do patrimônio coletivo.
- Viabilizar a implantação de sistema de **monitoramento por câmeras** ao longo dos principais pontos de interesse do Recife para o reconhecimento facial de criminosos.

A oferta de atividades físicas e de alternativas de diversão fora de casa se insere no conjunto de demandas para o poder público municipal, na medida em que essas atividades contribuem para o cultivo do hábito saudável para a mente e o corpo dos cidadãos. O esporte e o lazer ainda são importantes motivos de convivência e mobilização social, estimulando o florescimento de potenciais individuais e o amadurecimento da identidade comunitária. Além disso, a atração benéfica que exercem sobre a juventude é um indutor valioso do comportamento virtuoso, com efeito reconhecido na prevenção contra as drogas, em qualquer classe social, mas sobretudo no âmbito das comunidades mais vulneráveis.

A necessidade de atuação do poder público cresce a partir da constatação da insuficiência da prática esportiva e de lazer saudável no público jovem. De acordo com relatório divulgado no final do ano passado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% dos adolescentes de 11 a 17 anos de idade não realizam atividades físicas suficientes para uma boa qualidade de vida. No Brasil, o percentual é ainda maior, chegando a 84%, com a diferença para meninos e meninas: as meninas são mais inativas (89%), e os meninos, um pouco menos (78%). O estudo sugere que a insegurança e a falta de iniciativas atrativas explicam a inatividade maior entre as adolescentes.

Os números nacionais encontram uma realidade preocupante na capital pernambucana. Segundo dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas (VITIGEL/2017), estima-se que 9,2% da população adulta do Recife seja fumante. Assim, a cidade é a capital nordestina com maior taxa de fumantes. Entre os adultos que fumam mais de 20 cigarros por dia, são 2,6% da população adulta, ocupando a sexta posição no País, atrás apenas de Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro. O tabagismo é o principal fator de risco de morte por doenças crônicas não transmissíveis, sendo causa de 6 milhões de óbitos por ano no planeta. No Brasil, o custo do tratamento de doenças associadas ao hábito de fumar chega a R\$ 23 bilhões por ano ao sistema público de saúde. A adoção de atividades físicas e de uma rotina saudável para a mente e o corpo é uma das recomendações básicas para a redução do tabagismo e seus riscos.

Um problema que aflige 2,3 bilhões de habitantes da Terra também se faz presente no Recife. O aumento da obesidade, que eleva os riscos de doenças cardiovasculares, tem sido percebida pela OMS como uma tendência nos países em desenvolvimento. Na capital pernambucana, estima-se que 54,4% da população esteja com excesso de peso, índice que só perde no Nordeste para Maceió (57,6%). Além de maus hábitos alimentares, o sedentarismo é parte da explicação para esse índice. O Recife possui um dos piores percentuais de prática de atividade física no País.



ESPORTE E LAZER

Em uma análise sobre o percentual de adultos que praticam atividades físicas, o Recife ficou em penúltimo lugar entre os estados nordestinos e antepenúltimo entre todas as capitais do Brasil. Com apenas 35,2% de adultos praticando atividades físicas, ficamos na frente apenas de João Pessoa (34,4%) e São Paulo (29,9%).

Mendonça e Priscila pretendem mudar o cenário de baixa atividade física e de opções de lazer no Recife, introduzindo ofertas de práticas saudáveis para a população, na compreensão de que o poder público municipal deve ser um indutor da qualidade de vida através de programas e ações voltados para o desenvolvimento do esporte e do lazer.

COMPROMISSOS

- Atuar como agente indutor de **políticas públicas de esporte e lazer** voltadas à promoção de qualidade de vida da população recifense;
- Ampliar e **aproveitar espaços públicos** que permitam a prática associada entre o lazer e atividades esportivas;
- Incentivar a **formação de projetos comunitários** de esportes;
- **Apoiar o esporte amador e master**, através de parcerias com associações e federações, em suas agendas anuais de competições, atuando para a escolha do Recife como sede para competições nacionais e internacionais;
- Estimular a participação feminina no esporte através de parcerias com as federações esportivas.
- Promover **parcerias com as federações esportivas** para estimular a formação de novos atletas, apoiando a participação do setor privado no patrocínio de atletas de alto potencial de rendimento;
- Estimular parcerias com entes públicos e privados com o intuito de **implantar ou modernizar o mobiliário urbano** destinado a prática esportiva na cidade do Recife;
- **Requalificar as quadras poliesportivas** já existentes nas escolas da rede municipal, inserindo-as no conceito de uso pleno para toda a comunidade nos finais de semana, por meio da mobilização de parcerias com Organizações não Governamentais e o setor privado;
- Valorizar espaços para **formação de jovens atletas** como o Parque do Caiara, o Geraldão, o CSU Bido Krause e os Compaz;
- Garantir aos alunos da rede municipal de ensino a **oferta de atividades esportivas**, não apenas durante o período letivo, mas também no período de férias escolares.

A expansão dos direitos democráticos para parcelas da população é uma conquista recente da civilização, diretamente relacionada à ampliação da vigência do ideário liberal. Conquista da cidadania, a partir da disseminação de valores como a liberdade de expressão e de participação cívica. Mendonça Filho e Priscila Krause compartilham a compreensão de que esses direitos precisam ser protegidos, no pressuposto do respeito que se traduz em instrumentos consagrados, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, de 1948, e na direção do aprimoramento contínuo da democracia, contido na prática do liberalismo.

Nesse sentido, a gestão municipal deve buscar, dentro das suas competências constitucionais, ofertar a todos os cidadãos oportunidades para que possibilitem a convivência harmônica na sociedade, garantindo que possam democraticamente ofertar suas potencialidades na construção de uma cidade mais próspera. Outro aspecto fundamental diz respeito a difundir uma cultura de respeito, auxiliando a emancipação da cidadania de todo o conjunto da sociedade, observando os direitos de cada um e de todos, de forma transversal, nas políticas públicas da Prefeitura. Do ponto de vista de obras em execução e prestação de serviços públicos municipais, por exemplo, é necessária atenção prioritária com os cuidados necessários às pessoas com deficiência.

Na prática política contemporânea, é indispensável identificar nas diferenças e na vulnerabilidade dos diversos segmentos sociais – deficientes, idosos, crianças, mulheres, negros, LGBT – a compreensão de que uma cidade mais pacífica compreende o respeito ao ser humano, permitindo que a Prefeitura trate todos com igualdade e respeito. Para Mendonça e Priscila, a cultura do respeito que se origine da própria postura da gestão municipal é condição basilar como primeiro exemplo para combater a violência, uma das consequências mais graves da discriminação.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, a maior parte dos casos de feminicídio no país atingiu mulheres na faixa etária de 30-39 anos (29,8%), seguido da faixa de 20-29 anos (28,2%). Do total de casos de feminicídio, 70,7% eram de mulheres com apenas o ensino fundamental, e 61% de cor negra, o que mostra a relação entre vulnerabilidade social e violência. Um dado assustador sobre a temática é que em 88,8% dos casos os companheiros ou ex-companheiros foram os responsáveis, e em 1,3% eram outros parentes – isto é, em 90,1% dos casos o assassino pertenceu ao círculo próximo da mulher. O que explica o fato de 65,6% dos locais de morte serem dentro de residências.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MM-FDH), publicou em 2019 o relatório sobre o Disque Direitos Humanos (Disque 100). Em relação à natureza das chamadas, o Ministério aponta

que 55% estão relacionadas a violações nos direitos de crianças e adolescentes. Em segundo lugar aparecem as violações contra idosos (30%), seguido de pessoas com deficiência (8%) e outros grupos vulneráveis que somados chegam a 7% dos casos. Sobre o tipo de violência praticada com crianças e adolescentes, o relatório do disque 100 aponta que 39% estavam relacionadas à negligência, 23% à violência psicológica e 17% à violência física. Ainda de acordo com o estudo, em 69% dos casos a violência perpetrada tinha frequência diária.

A violência é um dos principais indicadores de violação dos direitos humanos. De acordo com o IBGE, a taxa de homicídios entre pessoas pretas ou pardas aumentou de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes entre 2012 e 2017, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Essa significativa diferença constata que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017. Outra parcela da sociedade vítima de violência é o LGBT. Para enfrentar a questão, o MMFDH desenvolve o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, para a viabilização de ações conjuntas entre o governo federal, estaduais e municipais.

COMPROMISSOS

- Incorporar nas ações do serviço público municipal os **cuidados especiais** para a pessoa com deficiência;
- Incentivar ações que promovam o **protagonismo e a convivência comunitária** da pessoa idosa;
- Preparar a rede municipal para receber crianças com necessidades especiais garantindo, quando necessário, a assistência individualizada, atendendo à legislação vigente;
- Políticas públicas de **respeito às diferenças**;
- Capacitar os servidores públicos, em especial os que prestam serviços essenciais à população, para que lidem com toda a população **de forma respeitosa e solidária**;
- **Introduzir protocolos de atendimentos** para vítimas de violência psicológica, física e sexual;
- Garantir a execução das políticas públicas para a população em **situação de rua**;
- **Fortalecer a rede de proteção social** para os segmentos em situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolver programas de **reinserção social** para egressos do sistema penitenciário, como estratégia de combate à reincidência criminal e prevenção à violência.
- Incentivar as **instituições da sociedade civil** que cuidam de dependentes químicos, fortalecendo a articulação junto ao poder público municipal.
- **Implantar** rede de apoio e orientação as mães com filhos dependentes químicos.
- Firmar parcerias com a iniciativa privada no sentido de **oportunizar a ressocialização** ex-dependentes químicos.



Desenvolvimento
Econômico,
Trabalho e Renda

EIXOS
ESTRUTURADORES

Recife tem se destacado nacionalmente como a capital do desemprego. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem indicado que o município do Recife figura constantemente nas primeiras posições desse ranking negativo. Este destaque aconteceu, principalmente, ao longo de 2019, quando a economia brasileira ensaiava uma recuperação econômica a ser deslançada em 2020, e o Recife não apresentava melhora no seu ambiente de geração de oportunidades de emprego.

A recuperação econômica nacional sentiu um forte freio, quando a Pandemia do COVID-19 estabeleceu outra crise econômica por conta de medidas sanitárias de distanciamento e isolamento social, necessárias para mitigar a contaminação em massa. Já mais recente, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia, que contabilizam os empregos formais, apontam que o Recife teve um saldo acumulado até o mês de julho de 2020 de -19.255 empregos formais que foram destruídos, ficando atrás apenas de Salvador e Fortaleza no Nordeste em números totais, mas em termos relativos à sua população, num patamar bem pior que estas outras duas importantes capitais. Em parte, por conta da pandemia, mas com certeza por falta de medidas que atenuassem este problema.

Mas o problema da fraca geração de trabalho e renda no Recife não é recente. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que é dividido em 3 pilares: Educação; Saúde; e, Emprego e Renda, mostra que o Recife já sofre há pelo menos 8 anos com uma estagnação nas oportunidades de geração de empregos e aumento de renda. A avaliação mais recente disponível para este indicador é de 2016, publicada em 2018, e indica que o Recife possui uma pontuação de 0,6546 para Emprego e Renda, considerado de Desenvolvimento Moderado, num indicador que vai até 1,0. Este é, inclusive, o pior resultado dos 3 pilares, pois Educação e Saúde têm, respectivamente, índices de 0,7500 e 0,8617. Comparando o Recife com outros municípios, no Estado de Pernambuco, encontra-se em 6º lugar, atrás de Caruaru, Rio Formoso, Goiana, Petrolina e Olinda, do 1º ao 5º colocado, respectivamente. A nível nacional, O Recife encontra-se na 429ª posição, lamentável.

Esses indicadores ajudam a explicar o porquê do número de Microempreendedores Individuais (MEIs) ter aumentado tanto nos últimos anos no Recife. Num momento de crise, de falta de oportunidades de empregos formais, um número crescente de pessoas empreende. Isto se justifica pelo fato de que oportunidades surgem também em momentos desafiadores. Existe ainda uma relação entre o aumento de desemprego decorrente da pandemia e o aumento de MEIs. Há uma necessidade de

adequar a renda familiar que faz muitos optarem pela abertura de um pequeno negócio. Existe a necessidade, também, de complementar e/ou gerar renda. A preocupação, porém, é que mais do que abrir um negócio, é preciso estar focado para mantê-lo durante e após o momento de crise.

Como há uma enorme dificuldade na contratação de empregos formais, pois as regras de contratação via CLT representam um custo elevado para as empresas e, num ambiente de incerteza macroeconômica que o país passa, tentando se recuperar dos efeitos da pandemia do COVID-19, o empreendedorismo tem sido procurado pelos profissionais informais cada vez mais, por falta de oportunidades de emprego. No curto prazo, os índices de empregabilidade irão melhorar desde que o incentivo ao MEI se torne uma política de fomento ao emprego e renda por parte do município.

Esta solução é importante, pois o Município do Recife tem características muito ligadas com o que a formalização do MEI representa: a economia do Recife é caracterizada, basicamente, pelo setor de serviços, representando mais de 70% do seu PIB. Este setor beneficia-se, diretamente das vantagens que o MEI oferece e deve ser fomentado, amplamente, pois devido à falta de conhecimento da legislação do MEI, bem como, por falta de capacitação profissional adequada, os índices de inadimplência desses profissionais são elevadíssimos. Assim, toda a atenção é necessária para se formar um MEI de sucesso.

Já no médio prazo, ações para o desenvolvimento de empregos formais que aumentem a renda e a estabilidade dos trabalhadores são importantes, pois ajudam as famílias a desenvolverem uma carreira dentro dos meios formais de contratação. Para tanto, ações que fomentam a demanda por emprego formal serão prioridade deste governo.

Mendonça e Priscila atribuem a priorização do MEI como fator determinante no processo de melhoria das condições de emprego e renda na capital pernambucana, mas também consideram que medidas para gerar demanda por empregos formais serão fomentadas. Trata-se de uma emergência social – as prioridades de curto e médio prazo a serem enfrentadas.

COMPROMISSOS

- Adotar **políticas e práticas públicas** voltadas para o desenvolvimento do Empreendedorismo Individual no município do Recife;
- **Fomentar a inserção qualificada** do jovem no mercado de trabalho, desenvolvendo programas de capacitação em parceria com o Sistema S (SESC, SEBRAE, SENAI, SENAC), com foco nos que não trabalham nem estudam.
- Atuar na garantia do ordenamento do espaço público, garantindo **condições adequadas** de trabalho para o comércio de rua.
- Aumentar **atratividade e competitividade** do ambiente de negócios na cidade do Recife, identificando os entraves burocráticos e incentivando as iniciativas do setor privado.
- Desenvolver um projeto que consiste em prestar o **devido e permanente apoio ao profissional** informal, para prepará-lo e motivá-lo a ser um microempreendedor individual de sucesso
- Promover a **autonomia econômica e igualdade** no mundo do trabalho, incentivando a qualificação profissional das mulheres
- Fazer com que o município assuma as etapas de **capacitação, formalização e acompanhamento pós-formalização** dos microempreendedores;
- Fomentar o surgimento de **novas centralidades** econômicas estimulando uma melhor distribuição espacial dos negócios na cidade do Recife – os centros de comércio e serviços dos bairros.
- Estimular a celebração de **convênios e parcerias** entre o poder público e o setor privado, para aumentar a geração de empregos à população local;
- Estimular as instituições públicas e privadas a oferecerem **qualificação e requalificação** profissional compatíveis com as demandas do mercado.

O recifense tem vocação natural para o empreendedorismo. Daqui já saíram muitos visionários que transformaram o nosso país, empreendendo em cidades que são mais fáceis de realizar o seu sonho. Esta realidade tem que mudar. O empreendedor local precisa ter meios que facilite a realização de seus objetivos sem ter que procurar outro local onde tenha os meios de acessibilidade para por sua ideia em prática e que possa gerar emprego e renda localmente.

O empreendedor precisa de alicerces que sirvam de apoio para poder se desenvolver. Ele precisa de infraestrutura básica que permita o seu deslocamento dentro da cidade e para outros destinos; redes de telefonia e internet que funcionem; capital humano, através da mão de obra capacitada que possa ser utilizada; um ambiente social de negócios que esteja simples e disponível para desenvolver sua atividade; e, um poder público que promova o ambiente de negócios, com processos digitalizados, rápidos, sem burocracia. Estes são alguns dos parâmetros apresentados no Ranking das Melhores Cidades para Fazer Negócios, desenvolvido pela Urban Systems, que aponta, através de diversos indicadores, uma posição da cidade do Recife muito abaixo do esperado. No ano de 2019, última edição da apresentação do ranking, Recife caiu para a 27ª posição, após ter se situado na 21ª posição em 2018, ficando logo atrás de Itajaí/SC e Resende/RJ.

O levantamento feito pela Urban Systems leva em consideração somente municípios com mais de 100 mil habitantes, num horizonte de 317 municípios analisados, que representam 70% do PIB nacional e 63% das empresas brasileiras. Este levantamento se divide em quatro eixos: Desenvolvimento Econômico; Capital Humano; Desenvolvimento Social; e, Infraestrutura. Analisando o posicionamento do Recife em cada um dos quatro eixos, o Recife tem desempenho muito tímido na maioria deles. No eixo do Desenvolvimento Econômico, são analisados fatores relacionados ao crescimento do município, como PIB, PIB per Capita, rendimento médio dos trabalhadores, crescimento do número de Microempreendedores individuais (MEIs) dentre outros. Infelizmente, Recife não aparece, se quer dentre os 100 primeiros municípios do ranking. No eixo do Capital Humano, considera-se a população economicamente ativa (PEA), expectativa de anos de estudo, crescimento de empregos formais com ensino superior, o percentual de trabalhadores formais com ensino superior empregados e a despesa municipal com educação, todos voltados para a formação do capital humano do município, pois ele é condição fundamental para o desenvolvimento de negócios e atração de empresas em diferentes segmentos econômicos. O município do Recife encontra-se na 15ª posição neste item, indicando que temos uma população que tem procurado se capacitar para poder atender às demandas por trabalho que

possam existir, mas ainda ficando atrás de outros municípios do Norte e Centro-Oeste.

No eixo do Desenvolvimento Social, os indicadores são mais abrangentes, incluindo questões relevantes de saúde, educação e segurança num perfil sociodemográfico da população. Os principais indicadores são o IDHM, IDEB, índices de coleta e tratamento de esgoto e homicídios com arma de fogo. Estes indicadores apontam como o desenvolvimento de negócios pela população local pode ser afetado. O município do Recife, novamente, não consegue ficar entre os 100 municípios mais bem posicionados, o que representa um fato muito preocupante para o ambiente de negócios. Por último, vem o eixo da Infraestrutura, que leva em consideração saneamento, transporte, telecomunicação e energia. A disponibilidade destes itens básicos, como água e esgoto, meios de transporte, conexão de internet rápida e abrangência do número de domicílios com energia elétrica são fatores fundamentais para permitir que um negócio seja iniciado e sua falta representa uma barreira. Recife apresenta a 8ª posição nesse quesito, mas graças a um aeroporto que tem ótima avaliação e tem peso significativo no ranking.

Levando em consideração muitos desses fatores, ações importantes precisam ser desenvolvidas para melhorar muitos dos eixos de sustentação do ambiente de negócios e empreendedorismo no Recife. Muitas ideias não conseguem sair do papel se o ambiente não for favorável para que isto aconteça e por isso, **Mendonça e Priscila** incluem a facilitação ao empreendedorismo como fator determinante no processo de desenvolvimento da capital pernambucana.

COMPROMISSOS

- Criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, especialmente através da **redução da burocracia** e da **Revogação de Leis** que atrapalham o empreendedor na geração de emprego e renda;
- Incentivar a **aplicação** da lei de Liberdade Econômica sancionada em 2019 pelo Presidente Bolsonaro.
- Atrair investidores para o município, por meio de **Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Operações Urbanas Consorciadas** em áreas interesse estratégico.
- Aprimorar a **Governança Municipal Empreendedora**, através de atos e regras que diminuam os riscos para os empreendedores de autuações e multas, assumindo uma governança orientadora;
- Permitir **exploração privada de empreendimentos em parques e praças**, através do desenvolvimento de parcerias, envolvendo comissões de usuários para atuar no processo de mobilização da vizinhança para uso e manutenção dos equipamentos.
- Fomentar o **empreendedorismo nas periferias**, criando agências de negócios nas comunidades, com capacitação de empreendedores e atração de oportunidades;
- Desenvolver ações de **estímulo a renegociação de débitos** entre agentes financeiros e comerciantes, visando a redução da inadimplência no setor produtivo.
- Desenvolver programas de **fortalecimento da mulher empreendedora** e de inserção qualificada da mulher no mercado de trabalho.

Cultura e turismo são setores cada vez mais entrelaçados, com atividades e benefícios comuns para diversas cadeias produtivas, e de naturezas relacionadas com a autoestima coletiva. No Brasil, essa conexão se mostra presente no planejamento conjunto em diversas esferas do setor público, e nos efeitos positivos para a economia, especialmente para o desenvolvimento local. A integração desses dois componentes no âmbito municipal é compreendida por **Mendonça e Priscila** como indutora de maior dinamismo para a geração de experiências, oportunidades e empreendimentos para os recifenses.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 5,7% da população ocupada atuavam no setor cultural em 2018, e a economia criativa representa 2,6% do PIB, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por sua vez, apontou que entre julho de 2018 e julho de 2019 o turismo brasileiro obteve faturamento de R\$ 136,7 bilhões. Segundo a Embratur, a participação do turismo no PIB nacional foi de 7,9% em 2017, com faturamento de R\$ 163 bilhões e a participação de 7,3 milhões de postos de trabalho.

O caráter multifacetado da cultura recifense e sua importância para a história do país e de seu povo, são elementos tradicionais de atratividade explorados para o incremento turístico. A dimensão múltipla do saber artístico e das atividades culturais envolvem um dado delicado para a economia. A PNAD em 2014 levantou que a porcentagem de pessoas do setor trabalhando com carteira assinada era de 45%, com esse índice caindo em 2018 para 34,6%. Ou seja, a maior parte dos trabalhadores da cultura atuam na informalidade.

Tal característica faz com que essa força produtiva seja uma das mais prejudicadas em decorrência da interrupção de atividades durante a pandemia de Covid-19. A suspensão do calendário de eventos afetou profundamente os dois setores. A queda do rendimento na economia criativa no Brasil por causa da pandemia já é de quase 32%, segundo a FGV. As atividades turísticas de Pernambuco apresentaram uma queda histórica de 60% entre março e abril, acima da média nacional, que teve retração de 54,5%. Foi o maior recuo da série histórica no estado, desde 2011. O índice pernambucano foi o terceiro pior desempenho entre as 12 unidades da federação analisadas pela Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE.

Operadores de turismo e produtores de cultura irão precisar de todo o apoio possível da parte da gestão municipal em 2021. A recuperação conjunta desses setores será um dos compromissos de **Mendonça e Priscila** na Prefeitura do Recife.

COMPROMISSOS

- Desenvolver programas de **fomento a valorização** cultural recifense nas comunidades, nos bairros, em toda a cidade.
- Valorizar a comunidade artística local, garantindo **prioridade nas contratações** que utilizem recursos municipais, e incentivando o setor privado a participar no apoio as atividades culturais.
- Estender o horário** de funcionamento dos equipamentos culturais do Recife que estão sob a responsabilidade da Prefeitura.
- Valorizar os equipamentos culturais** da Prefeitura do Recife, realizando ações de manutenção e reparos, em parceria com instituições sociais e o setor privado.
- Valorizar** os pontos históricos do Recife como elementos importantes da cultura e turismo de Recife.
- Estabelecer **calendários de eventos** que promovam a cultura recifense nas suas mais diversas representações (religião, gastronomia, literatura, música, teatro, circo, moda, artes plásticas, dança)
- Estimular o **fortalecimento da economia criativa** na cidade do Recife, a partir da rede escolar municipal, das comunidades e organizações sociais.
- Promover o **ordenamento da orla de Boa Viagem** e a **capacitação** dos barraqueiros, garantindo melhores condições para turistas e residentes aproveitarem as potencialidades de nossa praia.
- Realização de **campanhas de promoção** da cidade visando a captação de eventos nacionais e internacionais.
- **Requalificar a feirinha de Boa Viagem**, estruturando o espaço público e valorizando os artesanos, reafirmando o posicionamento do lugar como símbolo cultural.
- Valorização e modernização dos mercados públicos e seus entornos** como impulsionadores da economia local e elemento da identidade cultural.
- Valorizar e inserir o Mercado de São José na **rota turística** da cidade.
- Valorizar e recolocar o Teatro do Parque no **roteiro cultural e turístico da cidade**, em parceria com os artistas locais, garantindo **a requalificação** do seu entorno (Praça Marciel Pinheiro).

Desenvolvimento
**Urbano e
Meio Ambiente**



EIXOS
ESTRUTURADORES

No cenário de restrições e dificuldades com que o poder público se depara diariamente, para cumprir suas responsabilidades e atender às demandas da população, governar é dar consequência a planos e ações baseados em prioridades. O planejamento é formado por um conjunto de instrumentos da política pública que definem princípios, diretrizes, objetivos, metas e ações prioritárias na utilização dos recursos limitados pelo orçamento disponível. Nos municípios, um desses instrumentos é o Plano Diretor, que trata do uso e ocupação do solo.

As últimas duas décadas no Recife foram pródigas em maus exemplos na priorização da alocação de recursos públicos. Projetos estruturadores não saíram do papel, ou quando saíram, não foram concluídos, por problemas relativos à gestão que resultaram em dispersão do essencial ou desperdício caro, de tempo e dinheiro. Para **Mendonça e Priscila** a Prefeitura é o lugar apropriado para a definição de prioridades que cuidem, acima de tudo, da dívida social histórica com um contingente estimado em 600 mil recifenses que compõem a parcela mais pobre da população, distribuída nas palafitas e nas comunidades carentes. A hierarquia das necessidades sociais não ficará ausente do planejamento urbano.

O elenco de prioridades se estende a questões estruturais de amplo interesse coletivo. Nos últimos 20 anos de desgoverno na capital pernambucana, projetos inconclusos indicam a falta de compromisso da atual gestão municipal e das anteriores com toda a população da cidade. Entre muitos sinais do planejamento desrespeitado, podemos citar a falta de conclusão da Ponte Monteiro/Iputinga, obra orçada em R\$42 milhões e parada desde 2014, e a pouca efetividade das ações de urbanização das Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS.

Uma política de desenvolvimento urbano para o Recife, conforme descrita em 1979 no início da gestão de Gustavo Krause, precisa levar em consideração a existência de diferentes instâncias de planejamento que se entrecruzam, nos níveis federal, estadual e municipal. Para ser efetivo, o desenvolvimento urbano requer estratégias que sejam materializadas por medidas de política social e econômica, integradas por um processo contínuo de planejamento.

O entrelaçamento de instâncias de planejamento conduz ao reconhecimento da importância da governança metropolitana, que será defendida pela gestão de Mendonça e Priscila. A compatibilidade dos planos formulados pelo município com aqueles de origem estadual e federal, passa pela observação da realidade da metrópole – no caso, formada pelas cidades que integram a Região Metropolitana do Recife. Neste sentido, o Plano Diretor do Recife precisa ser pensado e aplicado em sintonia com os planos diretores dos demais municípios do Grande Recife, sob pena de um planejamento desconexo redundar em esforço vão para o desenvolvimento metropolitano – e, por extensão, para o desenvolvimento municipal.

COMPROMISSOS

- Atuar em parceria com as demais cidades da região metropolitana para **garantir a aplicação** dos Estatutos da Metrópole e da Cidade.
- Ampliar o debate sobre o Plano Diretor da Cidade do Recife, que se encontra atualmente na Câmara dos Vereadores, objetivando a inserção do planejamento da cidade como indutor **e orientador do desenvolvimento urbano** e não apenas regulador do uso e ocupação do solo.
- Estruturar a atividade de controle urbano** assentada em três eixos: antecipação, fiscalização e punição.
- Promover a **integração entre as secretarias** que de maneira direta ou indireta atuam no planejamento urbano, garantindo um melhor acesso dos dados e acompanhamento integrado do planejamento urbano.
- Desenvolver, através de parceria com entes públicos e privados **projetos estruturantes para o Recife**, incorporando os instrumentos indutores do Estatuto da Cidade.
- Ampliar programas de acessibilidade aos **passeios públicos e calçadas do Recife**, adotando medidas colaborativas de identificação e reorganização desses meios.
- Promover ações que, em articulação com as áreas do Saneamento e Habitação agilizem a execução dos planos de urbanização das ZEIS

O crescimento urbano observado em Pernambuco nas últimas décadas obedece a uma tendência de concentração populacional que se verifica no mundo inteiro. O fenômeno traz benefícios e desafios. Entre os benefícios está a possibilidade de se usufruir de uma vasta gama de serviços oferecidos na vizinhança, ou em um raio de poucos quilômetros. Entre os desafios, a questão da mobilidade se impõe como necessidade para o alcance de padrão desejável de qualidade de vida. **Mendonça e Priscila** entendem que, sem uma mobilidade satisfatória, os fluxos na cidade são interrompidos, formando obstáculos não apenas para o cotidiano daqueles que se deslocam a trabalho ou lazer, mas impedindo, também, o potencial desenvolvimento econômico e social.

A distância de setores industriais e habitacionais até os centros de serviços, nas grandes cidades, tem levado à escolha de mais integração dos meios de transporte – os sistemas chamados de intermodais. Esses sistemas congregam o transporte público e o individual, articulando opções para que os cidadãos possam se deslocar com rapidez, conforto e segurança. Nessa perspectiva, a mobilidade é cada vez mais um tema metropolitano, por envolver fluxos que se entrecruzam, extrapolando as fronteiras municipais. Somente na Avenida Agamenon Magalhães, no Recife, trafegam diariamente dezenas de milhares de pessoas que não moram na capital pernambucana. No Grande Recife, são transportados mais de 2,2 milhões de passageiros por dia, em 26 mil viagens efetuadas por 3 mil ônibus e duas linhas de metrô.

Habitantes do município, provenientes da Região Metropolitana ou de outra parte do estado, o fato é que todos sofrem bastante com o trânsito recifense. Há quase duas décadas a mobilidade só faz piorar, graças ao adensamento populacional ocorrido sem investimentos para melhorar a trafegabilidade. A situação é tão grave que possui notoriedade mundial. De acordo com o Índice Global de Tráfego, desenvolvido pela TomTom International BV, o Recife apresenta um dos piores congestionamentos do mundo. No total de 416 cidades analisadas em 57 países, a capital dos pernambucanos fica entre as 15 piores. O nível de congestionamento chega a ser maior do que o encontrado em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Tóquio e Los Angeles. Em comparação na América Latina, o Recife perde em falta de fluidez no trânsito somente para Bogotá, na Colômbia, e Lima, no Peru.

Outra característica que causa estresse nos recifenses é a insegurança – até para quem anda a pé. De acordo com a Mobilidados, com informações do SUS e do IBGE, em 2018 o Recife foi a segunda capital brasileira com mais mortes de pedestres por 100 mil habitantes. Com 9 mortes por 100 mil, ficamos atrás apenas de Vitória (ES), com 9,8 por 100 mil habitantes. Nos óbitos provocados por acidentes com motos, a capi-

tal pernambucana também está entre as maiores do ranking, com 13,4 mortes por 100 mil habitantes, atrás somente de Teresina, Palmas, Aracaju e Cuiabá. Os assaltos são o tormento para quem utiliza o transporte coletivo. Entre 2014 e 2019, a média anual oficial foi de 421 ocorrências de roubo nos ônibus, segundo o governo estadual. São dados que demonstram a face do medo que permeia a mobilidade no Recife.

A composição de uso dos modais de transporte indica a necessidade de qualificação do sistema público, seja para atender à maioria da população, seja para desafogar o trânsito conhecido como um dos mais travados do planeta. Pesquisa de origem e destino desenvolvida pelo Instituto Pelópidas Silveira, da Prefeitura do Recife, revelou que mais de três quartos dos recifenses vão para o trabalho todos os dias através de transporte público, de bicicleta ou a pé. Para qualificar o transporte e abrir caminhos para a mobilidade, Mendonça e Priscila irão conferir a prioridade que o assunto exige, com investimentos de porte que não são realizados há décadas, e decisões que não foram tomadas, ampliando os engarrafamentos pela inércia da omissão.

Projetos importantes merecem a atenção e o compromisso que não tiveram até agora. Como o metrô sucateado que não recebe expansões em suas linhas, e sequer a manutenção apropriada. Ou o BRT prometido desde a Copa do Mundo de Futebol de 2014 para a Região Metropolitana do Recife, e até hoje não implantado. Os dois corredores programados para o BRT consumiram quase R\$ 400 milhões em recursos federais e estaduais, mas a população não viu a consequência desse valor investido. É urgente retomar o projeto, devolvendo suas características originais, garantindo faixas exclusivas servidas por veículos adequados para o transporte expresso e confortável.

Mendonça e Priscila na Prefeitura irão buscar todas as soluções possíveis para melhorar a mobilidade. Como acabar com a indústria da multa, que fatura muito às custas da população, sem entregar de volta o investimento esperado. Se em 2016 a CTTU arrecadou com multas de trânsito cerca de R\$ 26 milhões, em apenas três anos, o montante subiu para perto de R\$ 100 milhões. Vale registrar que dos recursos arrecadados por multas em 2019, menos de 0,5%, aproximadamente R\$ 400 mil, foram aplicados em campanhas educativas. Há uma inversão de conceitos que devem ser postos nos trilhos: educar antes de punir, e não o contrário.

O desafio da mobilidade no Recife é sair da paralisia que marca a gestão pública municipal nas últimas décadas, promovendo respostas ágeis e eficientes às demandas de deslocamento na cidade.

COMPROMISSOS

-Em parceria com o Governo Federal, desenvolver projeto de triplicação da BR232 para combater as enormes retenções de tráfego observadas na chegada e saída da cidade.

- Dar **prioridade efetiva para o transporte público**, investindo nas condições de acessibilidade aos terminais de integração, estações e paradas de ônibus, bem como na estruturação de fluxos favoráveis aos coletivos;

- Desenvolver **programas educativos e de proteção a motociclistas, pedestres e ciclistas**, visando a prevenção aos acidentes e a redução da mortalidade no trânsito;

- Buscar alternativas consistentes para os principais **pontos de congestionamento** no Recife, reduzindo os estacionamentos de veículos nas vias públicas, incentivando a implantação de edifícios garagem e readequando os sistemas de circulação viária.

- Promover a **readequação dos radares** instalados no Recife, corrigindo distorções no seu uso e evitando a manutenção da indústria da multa em nossa cidade;

- Investir na **modernização do sistema semafórico** do Recife, garantindo uma melhor fluidez do trânsito e a segurança de pedestres;

- Disciplinar os **horários e locais de carga e descarga**, nas áreas de maior concentração de veículos;

-Em parceria com o Governo Federal, desenvolver projeto de **triplicação da BR232** para combater as enormes retenções de tráfego observadas na chegada e saída da cidade.

-Promover **intervenções multimodais** com o intuito de garantir o melhor deslocamento entre os bairros do Recife e entre as cidades que compõem a Região Metropolitana;

- Desenvolver **programas de recuperação de calçadas e sinalização do espaço urbano**, garantindo ao pedestre condições adequadas de deslocamento;

- Executar as ações de responsabilidade municipal do **plano de navegabilidade do Rio Capibaribe**, e cobrar das autoridades competentes a retomada do projeto;

- Atuar em parceria com os municípios da Região Metropolitana, com o governo estadual e federal, na integração de esforços para viabilizar a governança da **gestão da mobilidade da metrópole**, amparada no Plano de Transporte da Região Metropolitana do Recife, a ser elaborado com a participação de todos os municípios que a compõe.

Direito humano universal consagrado como elemento básico para uma vida digna na Constituição brasileira, a moradia é uma questão urgente no Recife há décadas. A complexidade do problema que diz respeito ao déficit habitacional na cidade envolve múltiplos fatores, que vão da expansão urbana desordenada e insustentável que pressiona o meio ambiente, até a demora inaceitável na construção de conjuntos habitacionais para a população necessitada. Na capital pernambucana, o descompromisso público com a habitação é escancarado pelo cenário das palafitas e ocupações irregulares, num cartão-postal da desigualdade que castiga e envergonha os recifenses.

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS(2017) o déficit habitacional estimado no Recife é de 71.160 unidades habitacionais. Utilizando dado do IBGE que aponta uma média de 3.26 moradores por domicílio na área urbana, podemos inferir que no Recife, o contingente populacional que sofre com a falta de moradia ultrapassa 230 mil habitantes. A alta demanda causada por um déficit que se acumula ano a ano, mereceria um esforço orçamentário correspondente, fruto da decisão política que se espera do gestor público. No entanto, o apagão da moradia é mais um sintoma do apagão geral na administração do Recife pelo PSB. O investimento na implementação de soluções habitacionais tem sido muito aquém das necessidades conhecidas pelo cidadão e pela Prefeitura. Dados do Portal da Transparência revelam que em 2019 foram gastos apenas R\$ 945 mil reais nesse item. Em 2020 o gasto até agosto ficou em R\$ 1,35 milhão. Em flagrante contraste ao direito social relegado, a Prefeitura do Recife gastou em publicidade R\$ 67,1 milhões em 2019 e R\$ 31,4 milhões em 2020.

De todas as obras inconclusas de responsabilidade da Prefeitura – e são muitas – os habitacionais devem ter prioridade. Para diminuir o déficit de moradias, o cidadão recifense vai combater, através do voto, o déficit de compromisso que impede o cumprimento do direito social da habitação.

COMPROMISSOS

- Priorizar a **eliminação das palafitas**, garantindo condições dignas para essas pessoas, estabelecendo a prioridade na captação de recursos junto ao Governo Federal e nas contrapartidas do orçamento municipal.
- Estabelecer **programas de proteção, prevenção e remoção nas áreas de risco** nos morros;
- Promover a **integração da política habitacional** com outras áreas de interesse social como educação, saneamento básico e saúde.
- Desenvolver **parcerias com o governo federal** visando o combate ao déficit habitacional no Recife.
- Apoiar a **regularização fundiária** – titulação da posse da terra e da laje, e a **urbanização** de assentamentos precários.
- Identificar os **imóveis desocupados e subutilizados** que podem ser utilizados para programas de habitação de interesse social.
- Gerar alternativas para a **provisão habitacional**, atuando de maneira eficiente sobre os componentes que impactam no déficit habitacional.
- Definir **critérios transparentes** para a seleção das famílias contempladas com ações habitacionais.
- Implementar o uso de ferramentas de **tecnologia da informação** para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.
- Realizar levantamento e concluir as obras dos habitacionais abandonados pela atual gestão.

Existe uma relação direta entre o lugar de moradia e a saúde da população. Habitantes de áreas com infraestrutura precária costumam ser mais vulneráveis a doenças que se aproveitam do ambiente propício para proliferar. Em países pobres da África e da América Central, ou nas periferias das grandes cidades no Brasil, a falta de condições adequadas para morar significa habitar em locais impróprios para viver. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 88% das mortes por diarreia no mundo, segunda maior causa de óbitos em crianças de até 5 anos, são provocadas por saneamento inadequado. A partir de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), a plataforma Trata Brasil apontou que, em 2018, foram registradas mais de 230 mil internações no País, em decorrência de doenças relacionadas ao saneamento básico problemático.

Mendonça e Priscila sabem que o tamanho do problema é enorme. O mais recente levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento mostra que quase a metade da população brasileira não conta com esgotamento sanitário – são 100 milhões de pessoas se virando como podem, atirando dejetos em fossas ou nos rios. Ou seja, além de questão de saúde, o déficit de saneamento representa graves danos ao meio ambiente. E ainda há 35 milhões de habitantes sem acesso à água tratada, expostas ao desafio e à dependência de buscar o abastecimento alternativo em fontes fora de casa.

A situação do Recife é ilustrativa de mais essa dívida social. No Ranking do Saneamento 2020, realizado pelo Instituto Trata Brasil com as 100 maiores cidades do País, a capital pernambucana aparece em 75º lugar. Entre as capitais nordestinas, está atrás de João Pessoa (26º), Salvador (44º), Aracaju (56º), Fortaleza (73º) e Natal (74º). Em Pernambuco, Recife ficou atrás de Petrolina (27º posição), Caruaru (45º posição), Paulista (58º posição) e Olinda (67º posição). Um quadro lamentável que evidencia a omissão do poder público diante de um fator que põe para baixo a qualidade de vida de grande parcela dos recifenses.

Em seu programa de governo de 2012, o PSB pontuava que o esgotamento sanitário só atingia 35% do Recife e prometia, através de Parceria Público-Privada (PPP) atingir 65% de cobertura. Oito anos depois, o que mudou? Segundo o ranking do saneamento 2020, a cobertura avançou pouco, para 43,5% na cidade. Em contraste, João Pessoa possui 79,60%, e Salvador, 81,31% de esgotamento coberto. Em relação ao abastecimento de água, 100% da cidade de João Pessoa é atendida. Em Recife esse número é de 88,12%, deixando milhares de cidadãos desprovidos de um direito básico.

Para mudar a condição aviltante que afronta a dignidade das pessoas, **Mendonça e Priscila** irão cuidar do saneamento básico em sintonia com os demais prefeitos da Região Metropolitana, o Governo do Estado



SANEAMENTO

e a iniciativa privada, articulando investimentos que beneficiem sobretudo as populações das periferias. O Novo Marco Legal do Saneamento no Brasil, sancionado em julho pelo presidente Jair Bolsonaro, abre possibilidades para o município atingir os objetivos de universalizar o acesso à água e ao esgoto tratado. A Parceria Público-Privada é um dos caminhos para viabilizar a universalização da cobertura, mas o tema deve ser cuidado com a atenção e a celeridade que merece. deve-se retomar a relação entre a Prefeitura do Recife e a COMPESA.

Para **Mendonça** e **Priscila**, investir em saneamento é proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente, e é um dever da gestão municipal trabalhar com seriedade e dedicação para melhorar a qualidade de vida de todos.

COMPROMISSOS

- Aperfeiçoar os mecanismos de **planejamento e gestão** do saneamento básico na cidade do Recife, com destaque para a PPP COMPESA/BR K Ambiental e o novo Marco Legal do Saneamento.
- Estimular a **atuação integrada** com áreas interligadas ao saneamento, como planejamento urbano, saúde, habitação e meio ambiente;
- Desenvolver programas de **monitoramento, manutenção e desobstrução de canais galerias e bueiros**, reduzindo os pontos de alagamentos e promovendo campanhas educativas a partir das escolas sobre o lançamento de resíduos.
- Criar **campanhas educativas** contra o desperdício de água;
- **Revisar e readequar os contratos** de limpeza urbana e ainda o incentivo ao processo de coleta seletiva/separação do lixo domiciliar.
- Firmar **parcerias com as Universidades, Instituto Federais e de Pesquisa, o Porto Digital** visando o desenvolvimento e implementação de tecnologias sustentáveis nas ações de saneamento municipal;
- Incentivar **políticas públicas baseadas em evidências e análises de impacto**, garantindo assim um uso racional dos recursos destinados ao saneamento;

A visão contemporânea do poder público sobre o meio ambiente deve obedecer a uma concepção que alie o desenvolvimento sustentável à necessidade de proteção da biodiversidade e das melhores condições de existência dos ecossistemas. A percepção sistêmica dos elos que sustentam a vida na Terra há de ser combinada com a influência de fatores locais, transmitindo à população a importância dos benefícios coletivos das políticas ambientais.

A conquista de um lugar melhor para se viver – na cidade, no bairro, na rua – também depende dessa compreensão, e da participação de todos no propósito de preservação da natureza, no exercício cotidiano de práticas que demonstrem a conscientização da cidadania para o meio ambiente, como a racionalização do uso dos recursos naturais e o descarte correto dos resíduos domésticos e industriais. A Abrecon – Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição, aponta que os resíduos chegam a representar 50% do material desperdiçado no segmento. O descarte desordenado, além de risco à saúde, significa perda econômica – dois efeitos possíveis de serem evitados por meio de adequada atitude ambiental.

A cidade do Recife, por sua localização geográfica, está inserida na lista das cidades no mundo mais impactadas pelas mudanças climáticas. A estimativa de aumento da temperatura média planetária nos próximos anos acarretará impactos como o aumento do nível do mar, que pode avançar sobre áreas litorâneas; o derretimento de geleiras, que já está ocorrendo; a redução drástica da biodiversidade, levando espécies à extinção; e elevação da intensidade de fenômenos climáticos extremos, com chuvas mais fortes e períodos de seca prolongados.

Por isso, **Mendonça e Priscila** incluem o meio ambiente como fator determinante no processo de desenvolvimento da capital pernambucana. Com um território de 214,92 km² dos quais 67% correspondem às áreas de morro, 23% às áreas de planície e 9,3% às áreas aquáticas, com uma extensão de 8,6 km de litoral com porções densamente povoadas, o Recife não tem como desprezar a adoção de uma política ambiental séria, atrelada ao planejamento municipal.

De acordo com o 5º Relatório de Mudanças Climáticas Produzido pelo IPCC/ONU (Intergovernmental Panel on Climate Change da Organização das Nações Unidas), o Recife ocupa a 16ª posição global entre as cidades que podem ser mais transformadas pelas mudanças climáticas. Como a agenda do clima vem acelerando nos últimos anos, sem que o poder público municipal tenha feito o que é preciso fazer, os recifenses não têm mais tempo a perder.

Já faz seis anos que foi sancionada a Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife. No ano seguinte,

em 2015, foi publicado pela Prefeitura do Recife o Primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa. Segundo esse inventário, com base de dados de 2012, o município recebeu um total de 3.120.426 emissões de toneladas de CO₂, sendo 65% provenientes do setor de transporte. O inventário ainda aponta que, na análise comparativa com outras três capitais brasileiras (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), o Recife produziu o maior número de emissões per capita (2,03 tCO₂/Hab). Naquele ano, o Rio de Janeiro apresentou 1,9 tCO₂/Hab, Belo Horizonte 1,58 tCO₂/Hab e São Paulo 1,4 tCO₂/Hab.

São úmeros expressivos que traduzem o peso da poluição na rotina recifense. Em 2015, a Prefeitura apresentou um decreto (29.219/2015) em que, considerando as estimativas para 2017 (de emissão de 4.084.491 tCO₂) e 2020 (de 4.662.930 tCO₂), estabelecia metas de redução de 14,9% para 2017 e 20,8% para 2020. Em 2016, foi lançado no âmbito municipal o relatório final do Plano de Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), com dados de emissão de gases de 2012.

O ambiente natural do Recife é valioso e diversificado, destacando-se as bacias hidrográficas dos Rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió, os manguezais que se tornaram referências da cultura pernambucana e a Mata Atlântica remanescente do processo de urbanização. A riqueza ambiental deve ser protegida, e incorporada à vida dos recifenses como parte indissociável do desenvolvimento desejado para a cidade.

COMPROMISSOS

- Realizar **novo Inventário sobre as emissões de gases do efeito estufa** na cidade do Recife;
- Rever as metas projetadas de 20,8% de redução da emissão de gases do efeito estufa em 2020, conforme previsto no decreto 29.219/2015, e estabelecer **novas metas de redução das emissões de gases do efeito estufa**, baseadas nos resultados encontrados no novo inventário;
- Promover **arborização permanente** dos bairros do Recife, aumentando a cobertura vegetal em nossa cidade, incentivando o cidadão a plantar e cuidar das árvores;
- Consolidar o processo de **reciclagem do lixo urbano** por meio de coleta seletiva e da difusão de campanhas educativas;
- Elaborar programas de incentivo ao **empreendedorismo sustentável**;
- Estimular o **reaproveitamento pleno de resíduos da construção civil**;
- Adotar medidas de **incentivo ao uso de energia solar**;
- Implantar a **Rede de Parques Urbanos**, com estrutura de gestão unificada e participação do setor privado.
- Proteger e incorporar o **Rio Capibaribe** plenamente à cidade, cuidando de suas margens, evitando o despejo de esgoto e do lixo urbano, bem como realizar as ações, cabíveis a Prefeitura do Recife, para retomada do projeto da navegabilidade.
- Promover juntamente com as Universidades e entidades de pesquisa do Governo Federal, **estudos prospectivos referentes** ao avanço do mar sobre a cidade.
- Criar mecanismos que **incentivem imóveis a adotarem medidas de sustentabilidade** para proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Desenvolvimento
Institucional

4

EIXOS
ESTRUTURADORES

Capital do Nordeste com a maior arrecadação própria por habitante (R\$ 1.543,00/ano 2019), ou seja, onde o cidadão gasta mais dinheiro para bancar o funcionamento da Prefeitura, o Recife tem entregue cada vez menos resultados à sua população. A situação é consequência direta do modelo administrativo implementado pela administração atual, voltada mais para o atendimento de objetivos político-eleitorais em detrimento de efetiva melhoria da qualidade de vida dos recifenses.

Breve atualização a respeito da evolução dos dados fiscais evidencia essa realidade. De acordo com o Boletim dos Entes Subnacionais (2019), produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a capacidade de pagamento da administração municipal do Recife é uma das piores do País: obteve a Nota “C”, numa escala de “A” a “D”. Entre as 26 capitais do País, quatro foram classificadas como “A” e outras 11 como “B”. Apenas avaliando o parâmetro “Investimentos com recursos próprios”, por exemplo, que expressa o quanto de melhorias para a cidade são realizadas independentemente de empréstimos ou recursos de outros entes, o Recife tem o quarto pior índice do País.

Evidente que se há crescimento significativo de arrecadação (as receitas próprias evoluíram de R\$ 1,58 bilhão, em 2012, para R\$ 2,54 bilhões, em 2019) e tais receitas não viabilizaram a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos ofertados à cidade, os recursos foram gastos com outros fins. A resposta é o aumento de despesas de custeios com o “funcionamento” da máquina! De 2012 a 2019, a proporção de despesas com pessoal em relação às despesas totais cresceu de 44,0% para 49,8%. Outro exemplo, as despesas com locação de mão de obra (terceirizados), também aumentaram significativamente: de R\$ 164,0 milhões para R\$ 347,3 milhões.

Mendonça e Priscila estão decididos a modificar essa história, modernizando a gestão pública do Recife com o objetivo de multiplicar cada centavo arrecadado, transformando-os em ação efetiva nos quatro cantos da cidade. Para isso, vão aplicar na administração pública municipal princípios conectados com as práticas mais modernas de gestão, possibilitando através da tecnologia mais participação popular e instrumentos de controle focados no mais rigoroso e permanente zelo com os recursos públicos arrecadados e administrados pela Prefeitura do Recife.

COMPROMISSOS

-Modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura, promovendo **redução significativa** de secretarias e cargos comissionados, numa importante **reforma administrativa**.

-Atuar na melhoria das condições fiscais da Prefeitura, buscando elevar sua nota no Tesouro Nacional através do corte de **custos desnecessários** e o aumento dos investimentos na ponta.

-Permitir aos servidores de atividades não atinentes ao atendimento ao público a realização dos serviços em **formato híbrido** (incluindo o trabalho remoto, não presencial).

-Levantar conjunto de obras inacabadas e **apresentar cronograma de prioridades** estabelecendo uma sequência de entrega à população.

-**Reestruturar os mecanismos de captação** de recursos públicos e privados, tanto através da apresentação de projetos junto ao Governo Federal quanto via pactuação de parcerias com a iniciativa privada.

-Remodelar o Portal da Transparência do Recife, **facilitando o acesso às informações** de despesas, receitas e contratações, inclusive com dados por bairro da cidade.

-Revisar os contratos públicos que tenham como objeto a terceirização de mão de obra, principalmente nas secretarias voltadas às atividades-meio, e atividades de suporte, como locação de veículos, **reduzindo o custo** da máquina administrativa.

-Reposicionar e fortalecer a Controladoria-Geral do Município, atuando no efetivo impedimento de contratações a tempo de **evitar prejuízos aos cofres públicos** municipais.

-**Instituir o Comitê de Avaliação de Gastos**, instrumento de governança transparente, baseado em dados e métricas objetivos, inseridos em Programa de Metas a ser acompanhado pela população.

-Fortalecer a **interlocução com os servidores** de carreira, permitindo estruturação de plano de cargos e a valorização do corpo funcional da Casa.

-Realizar constante **ausculta popular**, viabilizando a ampliação dos serviços da Ouvidoria da Prefeitura do Recife através de aplicativos.

Cidade polo de serviços e negócios, o Recife sente falta da parceria que some empreendedores e administração municipal. Em vez de soma, a atuação da gestão pública local é de subtração. A extensa lista de leis, normas e regras adicionadas às taxas cada vez mais caras afastam os empresários, sobretudo os micros e pequenos, que seguem para outros municípios, buscam a informalidade ou até mesmo desistem dos seus projetos. Na Prefeitura, **Mendonça e Priscila** vão liderar um processo de mudança que apresentará a gestão da capital pernambucana como grande parceria de novas oportunidades através da facilitação dos processos, utilizando a tecnologia como maior aliada.

Do ponto de vista da economia, desburocratizar as regras da administração municipal é apontar para a realidade da nova economia, cada vez mais digital e simplificada, permitindo ao Recife reposicionar-se como âncora de desenvolvimento econômico, atualmente fragilizada pelo alto índice de desemprego. Figuramos entre as capitais com maior índice de desocupados do País (14,1%), conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) referente ao primeiro trimestre deste ano.

O objetivo é aproximar a realidade municipal do esforço nacional empreendido através da aprovação e sanção da Lei de Liberdade Econômica. A digitalização dos processos, o escalonamento de exigências conforme o potencial de impacto do negócio – quanto menor o impacto, menores as exigências – e a despersonalização da administração, impedindo possíveis abusos que atinjam novos empreendedores, são metas que têm como inspiração o exemplo da norma federal. Não faz sentido, por exemplo, permitir que alvarás para instalação de placas de sinalização de uma loja ou pequeno negócio, sem impacto relevante no visual da cidade, adormeçam por semanas ou meses nas gavetas da administração.

Desburocratizar a gestão municipal também é permitir a efetividade da missão da Prefeitura, aproximando a administração do cidadão com atuação mais efetiva, concreta e rápida possível. Mapeamentos de processos mais diretos permitem menor tempo para atendimento das demandas, assim como racionalizam a gestão, diminuindo custos. Outra mudança de perspectiva inclui a criação de prazos para o atendimento de demandas internas e externas, permitindo ao demandante o acompanhamento sistemático de sua solicitação e, por consequência, a cobrança pelo cumprimento das datas.

Reconhecida nacionalmente como polo de desenvolvimento de Tecnologia da Informação (TI), base de uma economia criativa referência no continente, a cidade do Recife precisa ser modelo e referência em sua administração municipal como exemplo de vanguarda na tecnologia de atendimento ao cidadão. Mendonça e Priscila pretendem estimular parcerias com as startups na modernização da máquina estatal e melhorando a interação com o cidadão através do ambiente digital.

COMPROMISSOS

-Criar amplo **programa de desburocratização**, facilitando processos, permitindo às empresas rapidez na abertura de negócios, estimulando assim a economia local.

-Apresentar conjunto de projetos de lei que reduzam a quantidade de normas no sentido de avançar ao encontro da **lei federal da Liberdade Econômica** (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019).

-Estabelecer **parcerias com startups e desenvolvedores**, inclusive com a realização de concursos públicos, para criação de soluções criativas que facilitem serviços públicos destinados a cidadãos e empresários.

-**Revisar o mapeamento de processos** dentro da administração pública municipal, excluindo etapas desnecessárias e centrando os processos no usuário (empreendedor) e não no governo.

-Permitir que processos administrativos dos contribuintes e empreendedores sejam **realizados online**, através de aplicativo, estabelecendo prazo para o atendimento às solicitações.

-Instalar nas Regiões Político-Administrativas (RPAs) o **Balcão do Cidadão**, porta de entrada para microempreendedores individuais (MEIs) e microempresários, orientando quanto à retirada rápida de documentos, além de visibilidade, localização e vocação mais próprias para o novo investimento.

As intensas mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e mesmo políticas, impactaram todas as esferas de nossa sociedade. O setor público não passou ileso a essas mudanças. De uma hora para outra, os gestores públicos se viram diante de problemas cada vez mais complexos. A necessidade de garantir que os serviços públicos cheguem com qualidade a todos os cidadãos têm forçado uma modernização da gestão pública brasileira. Nesse sentido, ideias inovadoras são necessárias para tentar resolver as, cada vez maiores, demandas da sociedade. É comum associar o termo inovação com o uso de tecnologia, contudo ela é apenas uma parte da modernização do setor público.

Em uma pesquisa com gestores públicos, a Fundação Arapyaú identificou entre diversas definições, três características se apresentavam com maior frequência e serão utilizadas por Mendonça e Priscila como características da inovação que serão adotadas: 1-Otimização de Processos, 2-Foco na Experiência do Usuário e 3-Utilização de Tecnologia para resolver problemas.

Por otimização de processos entende-se como o desenvolvimento de novas práticas e abordagens dentro da Prefeitura que melhorem a gestão administrativa e que garanta os meios para entregar bons serviços ao cidadão. Um exemplo de otimização de processos é, por exemplo, o compromisso na área de saúde, de produzir protocolos de atendimentos comuns nas Unidades de Saúde da Família.

O foco na experiência do usuário parte do entendimento que a esfera pública existe justamente para atender a sociedade. O cidadão que deve ser figura central de todo o serviço público, para isso é preciso ter em mente soluções criativas que garantam melhor qualidade na resposta as demandas existentes. Melhorar o portal da transparência do Recife, por exemplo, é uma ação que voltada para facilitar a experiência do usuário.

Por fim, a última área da inovação consiste na utilização de tecnologia para resolver problemas da sociedade. É justamente nessa dimensão onde se encontram as cidades inteligentes (Smart Cities). Recife é considerado um polo tecnológico no Brasil, de acordo com o Ranking Connected Smart Cities, Recife ocupa a 15ª posição no ranking nacional das cidades inteligentes e o primeiro lugar do Norte/Nordeste.

No ano 2000, em Pernambuco, o governo do estado, a época com Mendonça Filho como vice-governador, desenvolveu uma política pública para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) investindo 33 milhões de reais no que viria a ser o Porto Digital do Recife. É verdade que a partir daí houveram avanços, mas ainda temos muito para melhorar, o próprio Ranking Connected Smart Cities aponta que na área de empreendedorismo e saúde o Recife caiu para a 36ª posição. É preciso consolidar o Recife como uma cidade voltada para o desenvolvimento tecnológico. Uma forma da gestão municipal contribuir é promover um Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI), seguindo o exemplo pioneiro da Prefeitura Municipal de Salvador que entre projeto e implementação do plano terá investido R\$ 60 milhões de reais no setor de tecnologia.

COMPROMISSOS

- Desenvolver o **Plano Diretor de Tecnologia para Cidades Inteligentes**, seguindo o exemplo pioneiro de Salvador.
- Utilizar a Escola de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife (EGPCR) como agente catalizador da inovação governamental.
- Criação de um **laboratório de inovação** voltado para a resolução de problemas no setor público, utilizando como referência o GNOVA (laboratório de inovação em governo), desenvolvido pela Escola Nacional de Administração Pública-ENAP para capacitação de servidores.
- Incentivar a **transformação digital de pequenas e médias empresas**, com o intuito de aumentar a eficiência do setor produtivo no Recife.
- Estimular a **inclusão digital** através do crescimento de ambientes de conectividade com wifi-grátis em praças, parques e outros equipamentos públicos sob responsabilidade da Prefeitura do Recife.
- Desenvolver parcerias com o Instituto Federal, Sebrae e o Porto Digital para elaborar projetos de **capacitação profissional** nas áreas de tecnologia.
- Estabelecer parcerias público-privadas com pequenas empresas comunitárias de provedores de internet, com o intuito de **ampliar e democratizar o acesso à internet** em todo o território do Recife, com prioridade para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.
- Planejar o Recife levando em consideração o **conceito de Smart Cities**, aplicando no cotidiano da cidade os princípios e diretrizes da cidade inteligente.